

MACHADO DE ASSIS E A VIRADA SÓCIO-HISTÓRICA: ENTRE A INTERPRETAÇÃO CRÍTICA E OS LIMITES DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA FICÇÃO

MACHADO DE ASSIS AND THE SOCIO-HISTORICAL TURN: BETWEEN CRITICAL INTERPRETATION AND THE LIMITS OF THE INSTRUMENTALIZATION OF FICTION

Carlos Eduardo Millen Grosso*
cmillengrosso@gmail.com

RESUMO: O artigo examina a construção de um Machado de Assis realista, conforme interpretado por críticos como José Veríssimo, Lúcia Miguel Pereira, Alfredo Bosi, Roberto Schwarz e John Gledson. Destaca-se a virada crítica para as leituras sócio-históricas, especialmente sob as perspectivas de Schwarz e Gledson, que influenciaram pesquisas históricas ao considerar a literatura um acesso privilegiado ao passado. Nesse contexto, Sidney Chalhoub se sobressai ao estabelecer um vínculo entre a ficção machadiana e a estrutura social do século XIX. No entanto, sua abordagem, ao enfatizar a dimensão histórica da literatura, levanta questões metodológicas. O artigo, por fim, discute os limites dessa leitura, refletindo sobre o risco de reduzir a riqueza estilística e a autonomia literária da obra machadiana.

PALAVRAS-CHAVE: Machado de Assis; Leitura sócio-histórica; Sidney Chalhoub.

ABSTRACT: This article examines the construction of Machado de Assis as a realist author, as interpreted by critics such as José Veríssimo, Lúcia Miguel Pereira, Alfredo Bosi, Roberto Schwarz, and John Gledson. It highlights the critical turn towards socio-historical readings, particularly from the perspectives of Schwarz and Gledson, which have influenced historical research by considering literature a privileged access to the past. In this context, Sidney Chalhoub stands out by establishing a link between Machado's fiction and the 19th-century social structure. However, his approach, by emphasizing the historical dimension of literature, raises methodological questions. Finally, the article discusses the limits of this reading, reflecting on the risk of reducing the stylistic richness and literary autonomy of Machado's work.

KEYWORDS: Machado de Assis; Socio-historical reading; Sidney Chalhoub.

Introdução

Machado de Assis é uma das figuras centrais da literatura brasileira, e sua obra tem sido objeto de múltiplas interpretações críticas ao longo dos anos (Bosi, 2007; Candido, 1995; Faoro, 1988; Gledson, 1986; Maya, 2007; Meyer, 2005; Pereira, 1949; Pereira, 1959; Schwarz, 1992; Schwarz, 2000; Veríssimo, 1969). Entre os diversos enfoques, as leituras sócio-históricas ganharam relevância significativa, consolidando-se como uma vertente dominante na crítica literária. A relação entre literatura e sociedade na produção machadiana tem sido

* Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente, realiza estágio de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

amplamente explorada por estudiosos como José Veríssimo, Lúcia Miguel Pereira, Alfredo Bosi, Roberto Schwarz e John Gledson, cujas abordagens influenciaram a pesquisa acadêmica e a compreensão da obra do autor dentro de um contexto histórico mais amplo.

A consolidação das leituras sócio-históricas, particularmente sob a influência de Schwarz e Gledson, transformou a abordagem da obra machadiana, estabelecendo um modelo canônico que passou a orientar não apenas a crítica literária, mas também pesquisas históricas que veem a literatura como um acesso privilegiado ao passado. Dentro desse panorama, destaca-se Sidney Chalhoub como o historiador que mais sistematicamente incorporou essa perspectiva, tratando os romances de Machado de Assis como instrumentos de análise das relações sociais no Brasil oitocentista. Sua abordagem insere-se em uma tradição historiográfica que considera a literatura não apenas como um reflexo da sociedade, mas como um meio de compreensão das estruturas de poder, do paternalismo e das relações de dependência (Camilotti; Naxara, 2009). No entanto, essa leitura implica um deslocamento metodológico que merece ser problematizado. Embora Chalhoub reconheça a dimensão narrativa e estética da literatura, sua análise frequentemente instrumentaliza o texto ficcional para revelar processos históricos, sugerindo que a produção machadiana explicita e interpreta, de forma estruturada, as contradições da sociedade do século XIX.

Este artigo propõe examinar as interpretações críticas da obra machadiana que adotam leituras sócio-históricas. Além disso, busca problematizar os limites da abordagem de Chalhoub, considerando até que ponto sua perspectiva pode restringir a riqueza estilística e a autonomia literária da obra de Machado de Assis. A partir dessa análise, pretende-se demonstrar como o entrelaçamento entre forma e conteúdo na escrita machadiana desafia interpretações unívocas e transcende a simples correspondência entre literatura e realidade histórica.

Análise da produção machadiana e sua relação com o Brasil: Interpretações críticas e históricas

No cenário da crítica literária brasileira entre as décadas de 1870 e 1920, os trabalhos de José Veríssimo, Sílvio Romero e Araripe Júnior desempenharam um papel fundamental na formação do cânone literário nacional. Conhecidos como “trindade literária”, esses críticos ofereceram diferentes leituras sobre a obra de Machado de Assis, consolidando sua interpretação como um escritor realista. Dentre eles, José Veríssimo se destaca por apresentar

uma leitura mais equilibrada e sofisticada da produção machadiana, diferenciando-se da abordagem de Sílvio Romero, que atribuía ao autor uma suposta falta de originalidade e excessiva influência europeia.

Em sua *História da Literatura Brasileira*, publicada inicialmente em 1916, Veríssimo dedica um ensaio a Machado de Assis, reconhecendo a singularidade de sua escrita e capacidade de aprofundar a análise da sociedade brasileira. Para o crítico, a ficção machadiana vai além da simples observação social, buscando revelar “a mesma essência das coisas” (Veríssimo, 1969, p. 283). Ele reforça essa percepção ao destacar a presença de uma “clara intuição das nossas íntimas peculiaridades nacionais” (Veríssimo, 1969, p. 285), o que indica uma preocupação em compreender o Brasil para além de fórmula literárias importadas.

Veríssimo reconhece a originalidade de Machado, ressaltando que o escritor não apenas adapta modelos realistas, mas os reinventa a partir de uma observação refinada da sociedade brasileira. Para ele, a evolução literária de Machado, do romantismo inicial ao realismo mais maduro, representa um marco na consolidação da literatura nacional, destacando-se pela observação detalhada dos costumes da elite brasileira e pela sutileza psicológica de seus personagens.

Entre as décadas de 1930 e 1950, formou-se uma segunda tríade da crítica literária brasileira: Astrojildo Pereira, Lúcia Miguel Pereira e Augusto Meyer (Guimarães, 2017). Cada um à sua maneira realizou estudos críticos sobre a produção ficcional de Machado de Assis, destacando os vínculos do escritor com a realidade social (Pereira, 1959; Pereira, 2005; Pereira, 1949; Meyer, 2005). Considerada uma referência para a crítica machadiana e reconhecida pelas gerações seguintes, Lúcia Miguel Pereira consolidou a leitura do realismo machadiano, destacando sua vinculação com a realidade social brasileira. Em seu ensaio *Prosa de ficção*, publicado originalmente em 1950, ela ressalta essa perspectiva ao afirmar:

É preciso não esquecer que Machado de Assis foi, no melhor sentido, um realista, e que tirou as suas figuras quase sempre da sociedade escravocrata e burguesa, da qual, precisamente por não lhe pertencer pelo nascimento e por tê-la mirado como um ideal, desvendaria com mais nitidez as fraquezas (Pereira, 1957, p. 98).

Pereira destaca a singularidade da escrita de Machado, afirmando que ele conseguia expressar, como pouco, a identidade brasileira na literatura ao construir uma obra que, mesmo dialogando com tradições europeias, apresentava um tom e uma visão própria.

Segundo a autora, Machado não apenas captava “as criaturas em toda a sua realidade” (Pereira, 1949, p. 72), mas o fazia com uma extraordinária capacidade de observação das dimensões social e psicológica, explorando as tensões e contradições da sociedade brasileira do século XIX. No entanto, sua análise não reduz Machado a um escritor engajado ou determinista, mas sim a um observador sutil, cuja literatura não apenas reflete a sociedade, mas também a questiona e a reformula a partir da ficção.

No período entre as décadas de 1970 e 1990, outros críticos que endossam a ideia de que Machado de Assis estabelece uma estreita conexão entre sua produção ficcional de matriz realista e a história social do período são Alfredo Bosi (1994; 2007), Roberto Schwarz (1992; 2000) e John Gledson (1986). No entanto, cada um explora essa relação a partir de enfoques distintos: Bosi enfatiza a dimensão psicológico-existencial dos personagens, Schwarz adota uma abordagem materialista-social, e Gledson foca na análise textual-histórica.

Na obra *História concisa da literatura brasileira*, publicada pela primeira vez em 1970, Alfredo Bosi define a produção ficcional de Machado de Assis como o ápice da prosa realista brasileira (Bosi, 1994). Em sua obra posterior sobre Machado, o crítico detalha sua concepção de realismo. Segundo Bosi, as personagens do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, publicado em 1881, “são o reflexo consequente do movimento histórico a que pertencem” (Bosi, 2007, p. 34). Bosi afirma que o escritor “foi o mais ‘realista’ dos narradores brasileiros do seu tempo; aquele que mais desassombradamente entendeu e explorou o espírito da nova sociedade [...]” (Bosi, 2007, p. 88). O crítico defende a noção de um “realismo aberto”, que incorpora dimensões da realidade além da organização da sociedade.

Talvez seja viável afirmar que a visada universalizante de Machado, tão aguda no exercício de desnudar o ‘moi haissable’, consiga superar dialeticamente [...] os grandes esquemas tipológicos pelos quais só haveria duas personagens em cena: o paternalismo brasileiro e o liberalismo europeu. Estas figuras do entendimento, abstratas e necessárias, resultam insuficientes para captar a riqueza concreta dos indivíduos ficcionais (Bosi, 2007, p. 58-59).

A leitura de Bosi sobre o realismo machadiano propõe uma relativização das interpretações sociais que, segundo ele, frequentemente reduzem narradores e personagens a meros tipos representativos de uma classe ou contexto histórico. Para Bosi, a singularidade das figuras criadas por Machado reside justamente na sua complexidade psicológica e

existencial, que as torna próximas das experiências humanas reais, indo além das classificações sociológicas rígidas.

A genialidade de Machado, segundo Bosi, está na construção de personagens que escapam à tipificação social. Embora situados no Brasil oitocentista, seus dilemas, contradições e conflitos morais os tornam atemporais e universais. Assim, mais do que simples reflexo da sociedade, os personagens machadianos encarnam a intrincada subjetividade do ser humano, frequentemente revelando camadas ocultas de desejo, ambição e autoengano. Essa perspectiva se distâcia das leituras tradicionais que veem Machado como um autor essencialmente crítico da estrutura social. Em vez de recorrer a arquétipos fixos, sua escrita opera com um realismo psicológico, que desconstrói certezas e desafia interpretações simplistas.

Seguindo um viés sociológico semelhante ao de Bosi, mas com uma ênfase maior na dimensão sociopolítica da obra e adotando uma abordagem materialista-social, os estudos de Roberto Schwarz (2000; 1992) aprofundam a análise das relações entre os textos ficcionais machadianos e o contexto social e histórico. Para Schwarz, a literatura de Machado de Assis evidencia as contradições do liberalismo no Brasil escravocrata, no qual a adoção de valores modernos pela elite coexistia com a manutenção de estruturas paternalistas e oligárquicas. A ironia e o distanciamento crítico são ferramentas centrais da narrativa machadiana, permitindo que o autor desmonte, de forma sutil e indireta, as hipocrisias da elite brasileira do século XIX.

Em seu primeiro estudo dedicado ao escritor Machado de Assis, intitulado *Ao vencedor as batatas*, publicado em 1977, Schwarz analisa os primeiros romances do autor, como *A mão e a luva*, *Helena* e *Iaiá Garcia*, destacando a transição para sua fase realista e sua crítica às contradições da sociedade brasileira (Schwarz, 2000). No segundo estudo, *Um mestre na periferia do capitalismo*, publicado em 1990, Schwarz aprofunda sua análise em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, examinando como o romance expressa as tensões entre liberalismo e escravidão no Brasil do século XIX, além de discutir a posição periférica do país no sistema capitalista global (Schwarz, 1992). Sob uma perspectiva teórica influenciada pelo marxismo lukácsiano, mas sem uma adesão estrita, Schwarz relaciona a forma e o conteúdo ficcional ao afirmar:

O dispositivo literário capta e dramatiza a estrutura do país, transformada em regra de escrita. E com efeito, a prosa narrativa machadiana é das raríssimas que pelo seu mero movimento constituem um espetáculo histórico-social complexo, do mais alto interesse, importando pouco o assunto de primeiro plano (Schwarz, 2000, p. 11).

Para Schwarz, a literatura de Machado não apenas reflete a sociedade brasileira do século XIX, mas incorpora em sua própria forma narrativa as contradições do país. Essa leitura se aproxima do pensamento de Georg Lukács, especialmente na ideia de que a forma literária expressa totalidades sociais. No entanto, Schwarz desenvolve uma abordagem própria, ao inserir Machado no contexto das tensões entre liberalismo e escravidão no Brasil imperial, algo que não se encaixa exatamente na visão lukácsiana clássica sobre o romance burguês¹. Na perspectiva de Schwarz, a produção de Machado evidencia as contradições da sociedade brasileira oitocentista, particularmente a coexistência entre o discurso liberal e a realidade escravocrata.

Em entrevista concedida a Lilia Schwarcz e André Botelho, Schwarz enfatiza o potencial crítico da literatura machadiana: “a rotação da prosa machadiana, que combina o mundo abafado do paternalismo às formulações lapidares – de cunho setecentista – sobre o egoísmo burguês, dá nitidez a desajustes que normalmente se perdem na trivialidade do dia-a-dia [...]” (Schwarcz; Botelho, 2008, p. 156). Ou seja, para Schwarz, Machado constrói um realismo que não apenas representa a sociedade brasileira, mas ironiza suas contradições e expõe as tensões entre um liberalismo de fachada e a continuidade da dominação oligárquica. Sua literatura, portanto, não é um simples espelho da sociedade, mas também não se configura como uma crítica aberta e direta. Em vez disso, sua forma narrativa – marcada pela ironia, pelo narrador não confiável e pela fragmentação – atua como um mecanismo de desestabilização das certezas burguesas, evidenciando um mundo no qual os valores modernos eram apenas uma fachada para a manutenção dos privilégios.

Os estudos de John Gledson (1986; 1991), em consonância com o projeto crítico de Schwarz, reconhecem que Machado de Assis utiliza a literatura para expor as contradições da sociedade brasileira, especialmente as tensões entre liberalismo e escravidão. No entanto, Gledson se distingue de Schwarz ao argumentar que Machado não estava comprometido com

¹ Para o filósofo e historiador literário Georg Lukács, a forma literária é conteúdo histórico-social sedimentado. Esta abordagem visa, com o realismo literário, o vivido na sua exatidão. Segundo Luiz Costa Lima, “o realismo se torna, com Lukács, o conceito fundamental da literaridade da obra [...]” (Costa Lima, 1974, p.31).

uma tese social ou política explícita. Enquanto Schwarz interpreta a obra machadiana como uma crítica estruturada e alinhada a uma leitura materialista-social das contradições da sociedade brasileira, Gledson adota uma abordagem mais cética e ambígua, enfatizando a autonomia da narrativa literária.

No livro *Machado de Assis: impostura e realismo*, publicado em 1991, Gledson examina o romance *Dom Casmurro* e defende que o romance opera dentro dos postulados do realismo, pois revela, através da ficção, aspectos fundamentais da sociedade brasileira:

[...], *Dom Casmurro* está menos distante dos postulados do realismo do que se pensa: se entendermos por realismo a intenção do romancista por revelar, através da ficção, a verdadeira natureza da sociedade que está retratando, *Dom Casmurro* é romance realista, não apenas em termos genéricos, mas em seus detalhes, tanto na forma como no conteúdo (Gledson, 1991, p. 13).

Para Gledson, a produção realista de Machado de Assis carrega significados que transcendem a própria obra, estabelecendo um diálogo profundo com a história brasileira do Segundo Reinado. Embora reconheça a presença da crítica social na literatura machadiana, ele evita reduzi-la a um instrumento de denúncia explícita. Sua análise textual-histórica enfatiza como Machado constrói um realismo que evidencia ambiguidades e tensões de seu tempo, sem se limitar a uma leitura exclusivamente política. Diferentemente de Schwarz, que vê a literatura de Machado como uma crítica sistemática à elite escravista e à hipocrisia do liberalismo, Gledson destaca a ironia e a desconstrução dos discursos dominantes como mecanismos fundamentais para compreender as camadas de sentido presente na obra machadiana.

Sidney Chalhoub e a leitura sócio-histórica de Machado de Assis: literatura, poder e sociedade no Brasil oitocentista

Nas últimas décadas, as interpretações de Roberto Schwarz e John Gledson consolidaram-se como referências fundamentais nos estudos sobre Machado de Assis, especialmente no que diz respeito à relação entre sua ficção e a estrutura social brasileira. A consolidação das leituras sócio-históricas, particularmente sob a influência desses autores, transformou a abordagem da obra machadiana, influenciando tanto a crítica literária quanto as pesquisas históricas que veem a literatura como um acesso privilegiado ao passado. Entretanto, essa perspectiva não é hegemônica, e abordagens mais voltadas à subjetividade, entre outras, continuam sendo essenciais para a compreensão da complexidade da literatura machadiana.

Dentro desse panorama, Sidney Chalhoub se destaca como o historiador que mais sistematicamente incorporou essa leitura sócio-histórica. Ele enfatiza que Machado de Assis analisou as relações de poder da sociedade patriarcal escravocrata, conferindo aos dominados e dependentes um espaço narrativo que expõe os mecanismos de dominação vigentes no período oitocentista. A leitura de Chalhoub se diferencia das de Gledson e Schwarz ao destacar a obra de Machado como uma fonte privilegiada para a compreensão das relações de poder e dominação na sociedade brasileira do século XIX, sob uma perspectiva historiográfica.

A abordagem de Chalhoub ressalta que Machado não apenas critica a estrutura social de seu tempo, mas também, por meio de sua ficção, oferece uma visão detalhada dos mecanismos de exploração e exclusão, frequentemente ocultos pelo discurso liberal da época. Em *A História Contada*, Chalhoub (1998, p. 99) afirma: “Machado de Assis, em vários de seus escritos, testemunhou e analisou sistematicamente o ponto de vista do dominado ou do dependente, ou do subalterno.” A literatura, nesse sentido, torna-se um meio de reconstrução da História, permitindo ao historiador acessar uma realidade oculta e reorganizá-la dentro de um quadro interpretativo.

Em *Machado de Assis, historiador* (2012), Chalhoub destaca a obra machadiana como um instrumento de análise crítica da sociedade brasileira do século XIX. Segundo o historiador, Machado não apenas representa a realidade de sua época, mas a tensiona de forma irônica e sutil, expondo suas contradições estruturais. Dessa abordagem, emergem cinco grandes temas: a permanência da mentalidade escravocrata, a hipocrisia da modernização brasileira, a falsa mobilidade social, a dominação de classe e o clientelismo político, além do papel da mulher na sociedade. Chalhoub explora cada um desses temas nos romances do escritor, evidenciando como a literatura machadiana oferece uma leitura sofisticada das relações de poder e da estrutura social do período.

A permanência da mentalidade escravocrata se faz presente em *Helena* (2014), que acompanha a chegada da protagonista à casa do pai recém-falecido, onde enfrenta resistências e descobre segredos familiares, retratando a estratificação social e os papéis de gênero. Chalhoub argumenta que Machado retrata a persistência das relações de poder baseadas na ideologia senhorial, mesmo após a abolição formal da escravidão.

Helena analisa a ideologia senhorial e persegue objetivos próprios por dentro de tal ideologia, permanecendo por isso indecifrável para Estácio. O

antagonismo entre senhores e dependentes é claro e passível de análise para Helena – a moça, afinal, está ciente da fragilidade de sua posição e tenta esculpir a própria sobrevivência a partir de tal percepção (Chalhoub, 2012, p. 65).

Essa análise sugere que Helena, apesar de sua aparente posição privilegiada, está inserida em uma estrutura social que a subjuga e condiciona suas possibilidades de escolha. Sua luta não se dá contra a ideologia senhorial de maneira explícita, mas sim por meio de uma inserção calculada nesse sistema, onde busca garantir sua estabilidade sem confrontar diretamente os pilares da dominação. Dessa forma, Machado, por meio da personagem, expõe as tensões e limitações impostas às figuras que, embora não sejam escravizadas, também vivem sob a lógica da dependência e do controle social.

A hipocrisia da modernização brasileira é questionada em *Iaiá Garcia* (2003), romance que narra a história de uma jovem dividida entre um dilema amoroso e as rígidas convenções sociais e políticas da época. Chalhoub destaca que Machado critica o discurso progressista da elite brasileira, revelando como a modernização era, na verdade, um processo marcado pela permanência de práticas arcaicas, especialmente no que se refere à manutenção da submissão dos ex-escravizados. Segundo o historiador: “A concentração do poder de alforriar exclusivamente nas mãos dos senhores fazia parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes, de transformação de ex-escravos em negros libertos ainda fiéis e submissos a seus antigos proprietários” (Chalhoub, 2012, p. 51). Essa citação ilustra como Machado denuncia que a suposta liberdade dos ex-escravizados era, na realidade, cerceada por mecanismos institucionais e culturais que os mantinham em um estado de dependência econômica e social. A abolição, longe de significar uma ruptura efetiva, preservava hierarquias, reforçando uma ordem social que convertia a escravidão formal em novas formas de sujeição.

A falsa mobilidade social e o destino das classes populares são explorados em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1999), um romance memorialístico narrado por um defunto que revisita sua vida com ironia e pessimismo. Segundo Chalhoub, Machado, ao estruturar a narrativa sob a ótica de um aristocrata cínico e desencantado, desmonta a ilusão da ascensão social e expõe a rigidez das hierarquias que sustentam a desigualdade no Brasil oitocentista. Nas palavras de Chalhoub: “Apesar das aparências, o narrador não professa aqui qualquer apreço especial pela ética de trabalho capitalista; ao contrário, apenas reproduz a

velha máxima senhorial de que os despossuídos haviam de trabalhar para desfrute dos proprietários” (Chalhoub, 2012, p. 103). Essa citação evidencia como Machado, longe de endossar valores liberais como o mérito individual e a prosperidade pelo esforço, escancara o caráter excludente da sociedade brasileira, na qual o trabalho dos mais pobres serve apenas para perpetuar os privilégios das elites.

A dominação de classe e o clientelismo político são explorados em *Dom Casmurro* (1998), obra centrada na vida de Bento Santiago, que revisita sua juventude e seu relacionamento com Capitu. Chalhoub sugere que Machado não apenas retrata os jogos de poder entre os personagens, mas também expõe as relações hierárquicas subjacentes que estruturam a sociedade brasileira oitocentista. Nesse contexto, a citação de Chalhoub é reveladora: “Conhecia a arte do diálogo político possível aos dependentes – ou seja, dominava a arte de perseguir objetivos próprios por dentro da ideologia senhorial” (Chalhoub, 2012, p. 90). Essa observação ressalta como os personagens que ocupam posições de dependência social precisam negociar sua sobrevivência dentro das regras impostas pela classe dominante. O clientelismo político, entendido como uma relação de subordinação disfarçada de lealdade pessoal, se manifesta na forma como os menos favorecidos precisam se mover dentro da estrutura senhorial sem confrontá-la diretamente.

O papel da mulher na sociedade é um tema central na obra machadiana, especialmente em *Dom Casmurro*. Chalhoub destaca que, por meio da figura de Capitu, Machado expõe a posição feminina dentro da sociedade patriarcal, evidenciando sua necessidade de articular estratégias de sobrevivência em um sistema hostil e opressor. Nas palavras do historiador: “Ela consegue penetrar a lógica senhorial, desvendá-la, e então interpretar corretamente as motivações e atitudes de seus antagonistas de classe” (Chalhoub, 2012, p. 88). Essa observação ressalta a inteligência e a perspicácia de Capitu, características fundamentais para sua existência em um meio que restringe a autonomia feminina. Longe de ser uma personagem passiva, Capitu demonstra uma habilidade singular de compreender as estruturas de poder e utilizá-las a seu favor, uma atitude que, ao ser interpretada por Bentinho através de sua lente paranoica e dominadora, resulta na narrativa ambígua e carregada de suspeitas que define o romance. Dessa forma, Machado não apenas constrói uma personagem feminina complexa e enigmática, mas também denuncia as limitações impostas às mulheres no século XIX.

Ao analisar *Helena*, *Iaiá Garcia*, *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Dom Casmurro*, Chalhoub observa que Machado de Assis desloca o foco narrativo para os antagonismos entre senhores e dependentes, evidenciando a lógica de dominação que estruturava a sociedade brasileira da época. Como aponta o historiador, “ao centrar suas histórias nos antagonismos entre senhores e dependentes, Machado de Assis abordava, na verdade, a lógica de dominação que era hegemônica e organizava as relações sociais no Brasil oitocentista” (Chalhoub, 2012, p. 57). Essa leitura reforça a ideia de que, embora Machado não tenha escrito romances de tese ou panfletários, sua obra é atravessada por uma análise sofisticada das relações de poder e de dependência, muitas vezes camufladas pelo discurso liberal da época. Por fim, a análise de Chalhoub (2012, p. 92) propõe uma leitura que ultrapassa a superfície dos acontecimentos históricos para compreender as “causas mais profundas”, isto é, os mecanismos de autoridade e exploração que sustentavam a sociedade do século XIX.

Sidney Chalhoub e os limites da leitura sócio-histórica: literatura, história e a autonomia da ficção machadiana

A abordagem de Sidney Chalhoub insere-se, como se viu, em uma perspectiva que considera a literatura um meio de compreensão das estruturas de poder, do paternalismo e das relações de dependência. Nos termos de Chalhoub (2012, p. 17), “ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil”. Entretanto, essa perspectiva implica um deslocamento metodológico que merece ser problematizado. Embora Chalhoub reconheça a dimensão narrativa e estética da literatura, sua análise frequentemente instrumentaliza o texto ficcional para revelar processos históricos, sugerindo que a produção machadiana explicita e interpreta, de forma estruturada, as contradições da sociedade do século XIX. Esse tipo de leitura, ao enfatizar o vínculo entre literatura e história social, pode resultar em uma abordagem que reduz a autonomia da ficção, tratando-a como uma chave de leitura da sociedade oitocentista e restringindo a multiplicidade de sentidos que emergem do texto literário (Santiago, 1988, p. 241-256).

Subjaz a essa abordagem uma ênfase na literatura como portadora de um princípio ordenador do mundo social, que se encontra oculto e confuso. Chalhoub e Pereira, no prefácio do livro *A História Contada*, adotam um tom prescritivo ao afirmar que “para historiadores a literatura é, enfim, testemunho histórico” (Chalhoub; Pereira, 1998, p. 7). Essa declaração reforça a concepção de que o texto literário deve ser lido como um documento que permite

compreender a lógica histórica subjacente. Chalhoub e Pereira reforçam essa abordagem ao afirmarem que a literatura deve ser tomada “sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizando-a, submetendo-a ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício” (Chalhoub; Pereira, 1998, p. 7). Ou seja, a “realidade” é tomada por Chalhoub e Pereira como um dado escondido e confuso, que pode ser apreendido e ordenado por meio da literatura.

Autores como Luiz Costa Lima e Wolfgang Iser reforçam que a literatura opera em um jogo entre o real e o imaginário, impedindo que a obra seja lida como um documento histórico direto. Embora a produção ficcional machadiana possua um conteúdo sócio-histórico vinculado à realidade local, compreendê-la como depositária do mecanismo que rege as relações sociais do país é, nos termos de Costa Lima (2007), um “veto à ficção”, pois subordina a autonomia estética da literatura à sua função referencial. Segundo Costa Lima (1986, p. 195), o imaginário “penetra no jogo ficcional”, mesclando múltiplas situações combinatórias, de modo que a literatura não reflete uma verdade de ordem geral, mas sim uma construção discursiva que reconfigura a realidade. Iser (2013, p. 17) complementa essa visão ao afirmar que a literatura utiliza elementos familiares da referencialidade do autor, mas os combina de maneira distinta, criando um mundo ficcional que não pode ser reduzido a um testemunho social. Além disso, Iser (2002, p. 976) argumenta que “o mundo representado no texto é uma materialidade que, por seu caráter de como se, não traz em si mesmo nem sua determinação, nem sua verdade, que devem ser procuradas e encontradas apenas em relação com algo outro”.

Aplicando essa reflexão à crítica machadiana, percebe-se que, ao transformar a ficção em um meio para revelar processos históricos, Chalhoub corre o risco de negligenciar as ambiguidades, as estratégias narrativas e a complexidade da experiência estética que a literatura propõe. Isso fica explícito em sua análise de *Helena*. Chalhoub escreve: “Esse romance seria uma interpretação da sociedade brasileira durante o período de hegemonia do projeto saquarema [...]” (Chalhoub, 2012, p. 18). Ainda sobre *Helena*, ele afirma:

Helena não podia ser apenas o registro de certa estrutura de dominação: Machado escreveu tal romance em 1876 – e considera que houve, de permeio, a crise social e os debates políticos intensos que culminaram na lei de 28 de setembro de 1871, depois conhecida como Lei do Ventre Livre. Escrito na perspectiva de quem presenciara a emergência da crise nas formas tradicionais de domínio, *Helena* se torna também uma revelação, às vezes

aberta e até informada pelo propósito da denúncia, dos antagonismos e da violência inerente às relações sociais vigentes durante 'o tempo saquarema' (Chalhoub, 2012, p. 19).

A leitura de Chalhoub sobre *Helena* insere o romance no contexto da crise social da época, destacando-o como testemunho das transformações e tensões políticas do período. Ao priorizar a denúncia dos antagonismos sociais e a suposta intenção reveladora do autor, a análise de Chalhoub tende a minimizar elementos cruciais da construção ficcional, como a ambiguidade narrativa, o papel da ironia e o jogo entre aparência e essência, que são centrais na poética machadiana.

Em *Helena* (2014), a estrutura do narrador onisciente, frequentemente marcada por um distanciamento irônico, problematiza qualquer leitura unívoca da personagem-título e de seu destino, impedindo que o romance se reduza a um comentário direto sobre a sociedade de seu tempo. Além disso, a dramaticidade romântica, a caracterização ambígua dos personagens e a oscilação entre diferentes registros emocionais — do melodrama à crítica mordaz — indicam um descompromisso com a transparência interpretativa, característica essencial da literatura machadiana. Desconsiderar tais recursos literários em favor de uma leitura que subordine o romance a seu contexto social implica restringir sua complexidade estética e reduzir a experiência do leitor à decodificação de um "conteúdo" histórico. Ao invés de apenas refletir ou denunciar a sociedade oitocentista, *Helena* a reconfigura pela mediação ficcional, oferecendo um espaço de ambiguidade e tensão que não pode ser capturado integralmente por uma análise que privilegie apenas seu caráter histórico.

O romance *Helena* (2014) dialoga com diferentes tradições literárias, mas sua estrutura narrativa e seus recursos estilísticos permitem inseri-lo principalmente no contexto do Romantismo tardio e da transição para o Realismo. A descrição detalhada dos sentimentos e cenários, com um tom lírico e idealizado, típico do Romantismo, convive com a crítica à hipocrisia das elites e às convenções sociais, características mais presentes na fase realista de Machado. Esse aspecto é essencial para problematizar a leitura de Chalhoub, pois, ao enfatizar a dimensão histórica do romance, o autor nem sempre considera como essa transição literária afeta sua construção e seu significado.

Em *Dom Casmurro*, Chalhoub propõe que o romance simboliza a derrota da elite senhorial: "[...] é uma alegoria da experiência da derrota de todo um projeto de dominação de classe" (Chalhoub, 1998, p. 83). Para ele, a relação entre Bentinho e Capitu transcende a

esfera pessoal e insere-se em um conflito social mais amplo, no qual a suposta traição de Capitu representaria a traição dos dependentes à classe senhorial: “A traição estava na natureza de Capitu; era a sua terra e o seu estrume. Lendo a metáfora, encontramos a notação senhorial possível para a ideia de antagonismo de classe e para a experiência da derrota política: traição dos dependentes” (Chalhoub, 1998, p. 91). Embora essa abordagem ressalte a dimensão histórica e social da narrativa machadiana, pode levar a uma redução interpretativa, restringindo a riqueza psicológica e a ironia que caracterizam *Dom Casmurro*. A insistência em uma chave de leitura sócio-histórica pode obliterar aspectos centrais da obra, como sua ambiguidade estrutural e sua complexa relação com a tradição literária ocidental.

Nas palavras de Chalhoub,

Machado de Assis fez da metodologia de dependentes como Capitu e José Dias um dos princípios de sua arte literária: inventou personagens, diálogos e, a partir de *Memórias Póstumas*, narradores que pareciam viver e expressar apenas aquilo que era rigorosamente compatível com as expectativas dos leitores/senhores. Ao fazer isso, o bruxo realizou o objetivo, todo seu, de dizer as verdades que bem quis sobre a sociedade brasileira do século XIX (Chalhoub, 2012, p. 93).

Essa observação é pertinente, pois reconhece a habilidade de Machado em manipular a expectativa de seus leitores e em construir narrativas que questionam a própria ideia de verdade. No entanto, ao enfatizar a crítica social, Chalhoub pode subestimar a dimensão metalinguística e autorreflexiva da literatura machadiana, elementos essenciais para a compreensão de sua obra.

Dom Casmurro (1998) insere-se na tradição do romance realista, mas o faz de maneira singular ao adotar uma perspectiva subjetiva e enviesada, por meio de um narrador em primeira pessoa cujo discurso não pode ser tomado como inteiramente confiável. Machado emprega um estilo fragmentado, com a quebra da linearidade, além de digressões, ironias e ambiguidades que conferem ao romance um tom introspectivo e provocador. A intertextualidade também desempenha um papel crucial, pois o autor dialoga com a tradição literária ocidental, incorporando referências a autores como Shakespeare para enriquecer a complexidade da narrativa e sua dúvida e tragédia psicológica.

Dessa forma, embora Chalhoub contribua significativamente para a leitura histórica e social de Machado de Assis, sua abordagem pode apresentar limitações ao privilegiar um viés que reduz a riqueza estética e estrutural dos romances. Como sugere Jacques Rancière (2000),

a literatura não se limita a refletir a realidade social; ela também a desestabiliza, reinventa e transcende, permitindo novas formas de percepção e subjetivação. Stella Bresciani (2008, p. 29-30) reforça essa perspectiva ao afirmar que toda linguagem está submetida às condições de produção de seu campo disciplinar, o que significa que o texto literário não pode ser analisado com os mesmos critérios de um documento histórico.

Assim, embora a leitura de Chalhoub seja essencial para a compreensão do contexto social presente na obra machadiana, ela deve ser complementada por abordagens que também valorizem sua dimensão estética e narrativa. A literatura de Machado, portanto, não é apenas um reflexo das contradições do Brasil oitocentista, mas um espaço de inovação formal e de ambiguidades que transcendem uma leitura estritamente sócio-histórica.

Entre certas dúvidas e duvidosas certezas na leitura de Machado de Assis

O título desta seção final remete à ironia e à ambiguidade características da obra machadiana, onde a dúvida nunca é totalmente esclarecida e as certezas se mostram frágeis. Esse jogo entre o que se julga seguro e o que permanece incerto reflete o próprio debate crítico em torno da obra de Machado de Assis, no qual diferentes interpretações coexistem sem que nenhuma consiga abranger sua complexidade por completo. O propósito desta seção, portanto, é finalizar sem finalizar, mantendo aberto o campo das múltiplas leituras e interpretações da obra machadiana.

Ao longo dos anos, a crítica literária oscilou entre leituras que enfatizam Machado de Assis como um realista comprometido com a representação da sociedade brasileira e abordagens que destacam sua sofisticação estética e narrativa. Este artigo se concentrou na análise das leituras sócio-históricas, explorando diferentes perspectivas. José Veríssimo e Lúcia Miguel Pereira destacam o nacionalismo e o realismo na obra do autor, reconhecendo sua originalidade ao retratar a sociedade brasileira sem recorrer a modelos exclusivamente europeus. Alfredo Bosi, Roberto Schwarz e John Gledson compartilham o interesse pela relação entre literatura e contexto social, mas com abordagens distintas: Schwarz enfatiza a dimensão política e estrutural, Bosi ressalta a experiência psicológica dos personagens, e Gledson valoriza a autonomia da literatura e sua complexidade narrativa.

Sidney Chalhoub dialoga diretamente com Schwarz e Gledson, herdando de Schwarz a tese de que a literatura machadiana desvela as contradições da elite liberal e da sociedade

escravista, e de Gledson, a ênfase na ambiguidade e na ironia como ferramentas de crítica social. No entanto, Chalhoub expande esse debate ao tratar a literatura como um instrumento de investigação histórica, deslocando a discussão para um campo metodológico que busca compreender a sociedade oitocentista a partir da ficção.

Embora a leitura sócio-histórica tenha enriquecido os estudos machadianos, essa abordagem também apresenta desafios. Ao enfatizar a literatura como testemunho histórico, corre-se o risco de reduzir sua complexidade formal e narrativa. Machado de Assis não apenas representa sua época, mas também a recria, questiona e reformula, impondo desafios constantes a qualquer interpretação definitiva. Sua ficção não se limita a um discurso engajado, mas problematiza as tensões entre indivíduo e sociedade, aparência e essência, poder e dependência, utilizando estratégias narrativas inovadoras que desafiam leituras unívocas.

A obra machadiana, portanto, permanece um campo fértil para investigações que transitam entre literatura, história e crítica social. O desafio para os estudos sobre Machado de Assis não está em escolher entre uma leitura estética ou histórica, mas em integrá-las sem comprometer sua riqueza interpretativa. Apenas ao reconhecer essa multiplicidade será possível fazer jus à sofisticação de sua obra e ao seu impacto na literatura brasileira e mundial. Assim, esta conclusão não busca encerrar o debate, mas sim deixá-lo em aberto, como a própria literatura machadiana exige: cheia de dúvidas, interpretações e possibilidades que continuam a desafiar leitores e críticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

ASSIS, Machado de. *Helena*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

ASSIS, Machado de. *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura*. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BRESCIANI, Stella (Org.). Literatura e cidade. In: CARDOSO, Selma Passos; PINHEIRO, Eloísa Petti; CORRÊA, Elyane Lins (Orgs.). *Arte e cidades: imagens, discursos e representações*. Salvador: Ed. UFBA, 2008, p. 9-40.

CAMILOTTI, Virgínia; NAXARA, Márcia Regina C. História e literatura: fontes literárias na produção historiográfica recente no Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 15-49, jan/jun. 2009.

CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 17-37.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

COSTA LIMA, Luiz. *A metamorfose do silêncio*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

COSTA LIMA, Luiz. Machado dribla o veto. In: *Trilogia do controle* – parte 1: O controle do imaginário. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

COSTA LIMA, Luiz. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 3 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Machado de Assis, o escritor que nos lê*. São Paulo: UNESP, 2017.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: COSTA LIMA, Luiz (Org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. 2. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 955-985.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de antropologia literária*. 2 ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

MAYA, Alcides. *Machado de Assis: algumas notas sobre o humour*. Porto Alegre: Movimento, 2007.

MEYER, Augusto. *Machado de Assis*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Corag, 2005.

PELLEGRINI, Tânia. Realismo: postura e método. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 137-155, dezembro 2007.

PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos*. 2. ed. Rio de Janeiro: São José, 1959.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *A escritora e seus personagens*. Rio de Janeiro: Graphia, 2005.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. 4. ed. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira Ltda., 1949.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Prosa de ficção: 1870 a 1920*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

SANTIAGO, Silviano. Para além da história social. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (Org.). *Narrativa: ficção e história*. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 241-256.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. Entrevista Lilia Schwarcz e André Botelho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 148-160, jun. 2008.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SUSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?* Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 1994.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.